

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: a construção de um
percurso**

Ferdinando Santos de Melo¹
Eixo Temático 8: Tecnologia, Mídias e Educação

RESUMO: Este trabalho busca analisar a formação profissional em Serviço Social na modalidade de Educação a Distância, observando as incidências entre as normativas legais e o Projeto Pedagógico de uma Instituição de Ensino Superior e destacando de forma sucinta os discursos dos graduandos e as representações dos docentes e tutores, colocados em debate com as normativas da profissão. Como aporte teórico, destaca-se, dentre outros, as contribuições de Guerra, Yamamoto, Abramavides, Netto e Abreu e Lopes, autores que discutem o Projeto Ético-Político da profissão e os desafios para a consolidação do mesmo num contexto polarizado pelas determinações do capital. Conclui-se então, que nessa conjuntura, há uma luta constante da reafirmação do Projeto Ético-Político profissional, seus valores, seus objetivos e todo arcabouço teórico que o legitima. A defesa desse Projeto requer uma luta articulada contra um ensino precário e desqualificado – seja ele público ou privado, presencial ou a distância – que comprometa a formação profissional do Assistente Social.

Palavras-Chave: Formação Profissional, Serviço Social, Educação a Distância.

ABSTRACT: This study examines how training in social work in the form of distance education, noting the impact of the legal norms and the Pedagogical Project of an Education Institution Superior, briefly highlighting the discourses of the students and of the teachers and tutors, put into discussion with the regulations of the profession. As theoretical, stands out, among others, the contributions of War Yamamoto, Abramavides, Netto and Abreu Lopes, authors discuss the ethical-political project of the profession and the challenges to the consolidation of an environment polarized by the same determinations capital. It follows then, that at this juncture is a reaffirmation of the constant struggle of professional ethical-political project, your values, your goals and any theoretical framework that legitimizes it. The defense of this project requires a coordinated fight against poor education and a disqualified - whether public or private, face to face or distance - that compromise the professional training of the Social Worker.

¹- Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão pela UNEB, membro do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação (GPMEP), e-mail: ferdinandomelo@hotmail.com.

Keywords: Professional Training, Social Work, Distance Education.

1 INTRODUÇÃO

Uma das primeiras tarefas das Universidades, na vigência da nova LDB, é a da definição das diretrizes curriculares para os cursos de graduação em substituição aos antigos currículos mínimos. Logo, vale destacar que,

O processo de construção do Currículo Mínimo para o Curso de Graduação em Serviço Social conduziu a concebê-lo tendo como centralidade a questão social, entendida no âmbito da produção e reprodução da vida que tem no trabalho o seu elemento fundante. Esta perspectiva articula organicamente profissão e realidade. Assim, as mediações necessárias a essa articulação consideram a prática do Assistente Social como trabalho e seu exercício profissional como processo de trabalho. Este, entendido em seus elementos universais sem perder de vista as particularidades desta especialização do trabalho na sociedade (ABESS/CEDEPSS, 1996).

As diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social estão em consonância com os pressupostos apontados anteriormente. Essas diretrizes foram aprovadas em Assembleia geral da entidade em novembro de 1996, e em seguida encaminhadas ao MEC para apreciação. Em dezembro de 1997, foi publicado pela SESu/MEC o edital 4/97, convocando as instituições de ensino superior a apresentarem as novas diretrizes curriculares com orientações básicas. Para tanto, no primeiro semestre de 1998 foram nomeadas as novas comissões de especialistas para as diferentes áreas de conhecimento.

De acordo com Taffarel (2001), o importante nessa relação é que cada curso discuta e defina como vai se apropriar dos fundamentos, do que é inovador, do que vai determinar mudanças em termos das diretrizes curriculares, para que se resista à tentação simplista de **mudar nomes de disciplinas** ou de **alterar a matriz curricular**.

Quanto ao Serviço Social, observamos que as diretrizes curriculares o define como área formação intelectual, cultural, generalista e crítica, o que se contrapõe aos cursos sequenciais², que se caracterizam por especializações por campo do

²- Não formam Assistentes Sociais, e sim, criam possibilidades de formação específicas, de técnico, que podem atuar na área do Serviço Social, embora desvinculado de um projeto de transformação societária.

saber, com diplomas de nível superior, mas não necessariamente equivalente aos cursos de graduação.

Além disso, o ano de 2007 se apresenta como marco na introdução do Serviço Social na Educação a Distância, com a autorização para o funcionamento dos primeiros cursos nessa modalidade. Logo em seguida, houve um posicionamento contrário do Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais, no sentido de impregnar no ideário dos estudantes, professores e nascentes tutores da área, um sentimento de repugnância em relação à essa forma de ensino.

De posse dos acontecimentos que continuamente são reiterados, os alunos de Serviço Social EAD passaram a questionar a validade legal de sua formação, a equidade em termos de aquisição de saberes, o futuro exercício profissional, dentre outras inquietações.

Nesse contexto, a educação à distância assume um papel pioneiro, notadamente no que tange à democratização e interiorização do ensino. A ideia é diminuir o abismo que existe entre os diversos segmentos sociais a partir da socialização do ensino, através da ação afirmativa de inserção das novas tecnologias no campo da educação.

Dessa forma, este estudo traz um panorama sucinto de como se estrutura a Política de Educação a Distância no Brasil no tocante ao Ensino Superior, além de traçar um perfil dos graduandos em Serviço Social nesta modalidade, na Instituição pesquisada, e refletir sobre o discurso dos bacharelados, fazendo uma analogia com os documentos pedagógicos norteadores da formação profissional.

Quanto à metodologia utilizada, faz-se necessário frisar que estudar a formação profissional, materializada na educação a distância pressupõe uma visão multirreferencial e complexa dos fenômenos sociológicos e uma cumplicidade compreensiva no estudo com os sujeitos da pesquisa. Neste sentido, considera-se a *etnopesquisa crítica* como uma opção de método pertinente e relevante.

No campo empírico, esta pesquisa se debruçou em uma Unidade Pedagógica da Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC EAD/UNIUBE em Salvador-BA, onde foram aplicados 30 questionários e entrevistados 8 alunos, dois docentes de formação específica em Serviço Social e 2 tutores, entre os meses de agosto e setembro de 2011.

As considerações finais do estudo colocam como fundante a necessidade e o desafio da reafirmação e enraizamento do projeto ético-político construído por esta categoria, expresso nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, no Código de Ética (1993) e na Lei de Regulamentação da Profissão (1993).

2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O ENSINO DE GRADUAÇÃO

Por meio de dados do Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ABRAEAD – 2006), pode-se comprovar a expansão da EAD em nosso país. Em 2005, havia 217 instituições ministrando EAD de forma autorizada e credenciada nos Sistemas de Ensino, pelo Ministério da Educação. Constata-se um crescimento de 30,7% em relação ao número de instituições que havia no levantamento anterior (166 instituições, em 2004). Na comparação entre os dois anos, o número de alunos cresceu 62,6%, indo de 309.957 (2004) para 504.204 (2005).

O número de matrículas em escolas de EAD credenciadas no nível federal cresceu 88% no ano de 2005, em comparação com o ano de 2004. O número de alunos que estudavam graduação ou pós-graduação saltou de 159.366 para 300.826. Ainda segundo o ABRAEAD (2006), em dois anos apenas, de 2004 a 2006, houve um aumento de 151% no número de matrículas em cursos de educação a distância em diferentes níveis. Em cursos de nível superior, o aumento foi de 261%.

Nas últimas décadas, a ênfase dada à educação a distância como sendo a grande possibilidade de superação dos desafios educacionais contemporâneos tem chamado à atenção. O avanço nessa área é interpretado como simples consequência da evolução das tecnologias, mais precisamente da evolução da computação. Todavia, o desafio vai muito além da simples incorporação de novas tecnologias (PRETTO, 2000).

Gutierrez e Prieto (1994) já alertavam para alguns perigos de considerar a EAD como panaceia para os males da educação, como o risco do ensino industrializado, trazendo consigo a mecanização, despersonalização, padronização, institucionalização, levando à desnaturalização dos processos educativos. O ensino massificante, como necessidade de se baratear o processo, é outro aspecto importante que pode explicar, em parte, a desconfiança que tem acompanhado as iniciativas nessa modalidade.

Demo (2002), contrapondo a presença virtual à educação a distância, afirma que há possibilidade de fraude, de facilidades irresponsáveis, de obtenção de certificados sem controle, de estudar menos. Essas incertezas são reflexos das mudanças de natureza paradigmáticas ocorridas a partir do século XX que estão intrinsecamente relacionadas à natureza da matéria, demonstrando que o inesperado, a complexidade, a multicausalidade estão presentes em nossas vidas. Afinal, na era do conhecimento, das redes de informações e das interações virtuais, as pessoas estão transformando seus modos de aprender e de interagir com a realidade que as cerca.

Juntamente com o desenvolvimento acelerado das tecnologias da informação e da comunicação surgiram novos conceitos que caracterizam o momento atual, como interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, aprendizagem colaborativa, ciberespaço, comunidades virtuais e gerenciamento participativo. São questões de natureza ontológica e epistemológica que vêm influenciando diretamente os discursos e as práticas pedagógicas.

A expansão da educação a distância, apontada anteriormente, está diretamente relacionada ao desenvolvimento dessas tecnologias como um instrumento fundamental do processo educativo. A questão é que da mesma forma que a EAD, de uma maneira geral, transpôs para seus ambientes de aprendizagem os vícios do ensino presencial, também o ensino presencial se apropriou da tecnologia sem a adaptação necessária, mais especificamente, sem preparar os professores para atuar em ambientes virtuais de aprendizagem. Com relação ao professor, Morin (2000) coloca que há uma impossibilidade lógica, pois não se podem reformar as mentes sem antes reformar as instituições, mas o inverso também acontece. Nesse sentido, ele questiona quem educará os educadores? Em seguida, responde que é necessário que eles se autoeduquem prestando atenção às gritantes necessidades do século, as quais são encarnadas também pelos estudantes.

A EAD parece ser ainda, em grande parte, resultado da visão positivista sobre a ciência, sobre o homem e o conhecimento, apesar das novas tecnologias de comunicação e informação requererem mudanças nessa perspectiva. Muitos cursos a distância têm sido planejados e conduzidos de forma tradicional, linear, até mesmo autoritária e determinista quanto a quem cabe ensinar e a quem cabe aprender.

Segundo Belloni (1999, p.9), os modelos fordista e pós-fordista

(...) têm influenciado não apenas a elaboração dos modelos teóricos, mas as próprias políticas e práticas de EAD, no que diz respeito tanto às estratégias desenvolvidas como à organização do trabalho acadêmico e de produção de materiais pedagógicos.

Para que seja realizada com qualidade, a EAD precisa estar vinculada ao sistema educacional em sua complexidade, cuja análise implica identificar que educação se pretende realizar, para quem se dirige, com quem será desenvolvida e com o uso de quais tecnologias (...) implica reconhecer que mudar o meio pelo qual se desenvolve a educação, significa mudar a própria educação (ALMEIDA, 2003, p. 201).

Assim, efetivamente, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e seu compartilhamento representam ferramentas cada vez mais poderosas para disseminação do conhecimento, entretanto, não são suficientes para que o desenvolvimento aconteça. Neste sentido, Lemos (1999) afirma que ao contrário do que se sustenta sobre a facilidade na disseminação do conhecimento nos dias atuais, realizada através das TIC, muitos conhecimentos não são transferidos, principalmente aqueles de difícil socialização, e os tácitos, que representam as pessoas, organizações e até mesmo nações.

A educação como proposta atual requer, portanto, novas formas de socialização. Neste sentido, a EAD assume um contorno de extrema relevância nesse cenário, no momento em que permite o ensino-aprendizagem através de um processo de desenvolvimento, competências e habilidades de forma autônoma e mais dinâmica, moderna, colaborativa, visando à construção e democratização do conhecimento.

No Brasil, não obstante iniciativas políticas na busca da equidade e justiça social, oriundas, por um lado, do governo, e por outro do movimento social organizado, no final do século XX e início deste século XXI - é marcado pela sua extensão e contingente populacional e por desigualdades profundas, tanto no que se refere à questão geográfica de grandes territórios e longas distâncias, quanto à distribuição de renda, quanto ao acesso e a permanência à educação institucionalizada escolar.

A partir do surgimento da Internet, a EAD no Brasil tomou um novo impulso. Até então, pouco se representava nas práticas educativas. Dos anos 90 até os dias atuais, a EAD no Brasil tem representado oportunidades para as mais diversas

áreas do conhecimento e para indivíduos. Entretanto, há que se considerar alguns desafios: as dificuldades de acesso à Internet, que não está presente em todos os locais; e, as práticas e o planejamento dos cursos nem sempre satisfatórios, que muitas vezes transferem hábitos e equívocos do ensino presencial.

3 DEMANDAS E DESAFIOS POSTOS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O conjunto de transformações operadas na formação em Serviço Social tem rebatimentos no mercado de trabalho dos assistentes sociais, exigindo mudanças no processo de formação profissional, visto que, ao afetarem seus espaços sócio-ocupacionais no que diz respeito às demandas e funções desempenhadas, provocam desdobramentos na qualificação requerida. Ampliam-se assim as exigências de estratégias políticas, clareza teórica e metodológica sobre as novas expressões da questão social, sobre as respostas sociais e profissionais, sobre a qualificação profissional, sobre o exercício e as ações cotidianas (ABEPSS, 2004, p. 74).

Logo, pensar a formação profissional no Serviço Social significa estabelecer uma relação de autoimplicação entre formação e exercício profissional, visto que a formação acadêmica não pode estar descolada da realidade do trabalho profissional. Entretanto, o necessário diálogo entre formação profissional e mercado de trabalho precisa ser atravessado por um distanciamento crítico, que possibilite detectar as demandas postas por este, mas, ir além, desvelando o que está subjacente a elas.

A lógica curricular que orienta a formação profissional parte da reafirmação do trabalho como atividade fundante do ser social, e nela o fundamento da formação profissional é a realidade social em seu movimento contraditório, considerando as necessidades do capital e a do trabalho, as condições objetivas do exercício profissional e a correlação de forças presentes na sociedade.

Esta concepção que norteia o projeto de formação do assistente social não se direciona apenas à preparação para o emprego (e isto não significa desconsiderar as demandas do mercado de trabalho ou entendê-las de menor importância), mas indica a perspectiva de formar profissionais capazes de ultrapassar as exigências e limites estabelecidos pelo contexto de inserção profissional e executar estratégias voltadas para atender às demandas dos usuários dos serviços, na defesa da

consolidação e ampliação com vistas à universalização dos direitos sociais (IAMAMOTO, 2005).

Mota (1998), no livro “A fábrica de consensos” afirma que a principal tarefa do Serviço Social em tempos atuais, é identificar o conjunto das necessidades políticas, materiais e culturais do capital e do trabalho que estão subjacentes às exigências de sua refuncionalização. Também Yazbek (2005) aponta elementos que vem afetando o Serviço Social, uma vez que redefinem demandas, monopólios e competências, exigências de novos conhecimentos técnico-operativos, aliados ao declínio da ética no trabalho, onde a competitividade e o individualismo estão postos na ordem do dia, quais sejam:

a) A opção neoliberal na área social, com forte apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil, agora parceira nestas iniciativas;

b) O surgimento de alternativas privatistas e refilantropizadas no combate à pobreza e miséria;

c) Programas seletivos e focalizados por parte do Estado mínimo no combate à pobreza e miséria;

d) Políticas sociais subordinadas às políticas de estabilização da economia;

e) Precarização e mudanças no mercado de trabalho, processos de terceirização do trabalho, contratos temporários, redução dos postos de trabalho, etc.

Todos estes fatores mostram a força e o alcance desta nova sociabilidade burguesa e dos desafios postos para a formação (e o exercício profissional), - sobretudo via EAD, em função de sua fase ainda embrionária na oferta de cursos de Serviço Social- uma vez que este contexto de democracia liberal é “terreno fértil” para o abandono do pensamento crítico no Serviço Social, considerando a vinculação histórica com o conservadorismo.

O processo de avaliação da implementação das Diretrizes Curriculares iniciado pela gestão 2004/2006 da ABEPSS, e que continua a ser desenvolvido pela atual gestão, que contou com ampla adesão das escolas de Serviço Social de todas as regiões do país, expressa a preocupação desta Associação com a formação profissional em conformidade com as determinações da realidade.

A avaliação da implementação das diretrizes vem se constituindo num processo de natureza formativa e informativa, do qual participam docentes, discentes e supervisores de estágio, com a finalidade de conhecer, sistematizar e

analisar a implantação das Diretrizes Curriculares, identificando tensões e avanços no processo formativo.

Constatações muito parciais da ABEPSS, ainda a serem aprofundadas, debatidas e polemizadas começam a se delinear. Destaquemos algumas:

1. Há uma adesão das unidades de ensino envolvidas na pesquisa, em relação às diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS ainda que, contraditoriamente se constate uma forte tendência, nem sempre explicitada, de que o pensamento crítico é algo fora de contexto e lugar;

2. Em que pese o avanço teórico da profissão, a incorporação de conteúdos como: questão social, trabalho e Serviço Social, pesquisa, e o ensino da prática, apresenta-se problemática na nova lógica curricular, com consequentes desdobramentos na forma de apreensão e materialização destas nas distintas unidades de ensino;

3. Os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional que informa as diretrizes curriculares, por vezes são tratados ou através de intérpretes ligados à matriz crítica, sem recorrência aos clássicos, ou por intérpretes fora deste marco de referência;

4. Pós-graduação respondendo muito pouco às demandas e desafios da formação profissional de graduação;

5. Número significativo de cursos presenciais e a distância surgidos após a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996 (204,4%)³, muitos fora dos grandes centros, com um corpo docente pouco qualificado ou qualificado dentro de critérios de alijearamento da formação *lato sensu*, que não viveu o processo de construção das diretrizes.

As demandas que se colocam para a formação são diversas: defesa de uma formação generalista crítica; reafirmação da lógica curricular que orienta a formação profissional do assistente social; proposição de estratégias político-pedagógicas, mantendo-se a lógica e os princípios das diretrizes curriculares e a garantia da qualidade da formação profissional; necessidade de uma política de capacitação

³- Fonte: www.cfess.org.br. Outros documentos de referência sobre Educação a Distância veiculados pelo Conselho Federal de Serviço Social:
http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_graduacao_documento.pdf
http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_graduacao_portaria.pdf

continuada; resistência à precarização do ensino; fortalecimento da organização política do Serviço Social, através do conjunto CFESS/ ENESSO/ ABEPSS⁴.

3.1 PERFIL DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA⁵

1- Idade dos graduandos

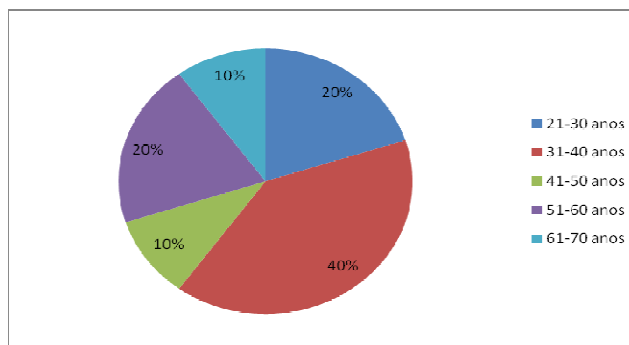


Gráfico 01: Idade dos graduandos
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012

2- Sexo

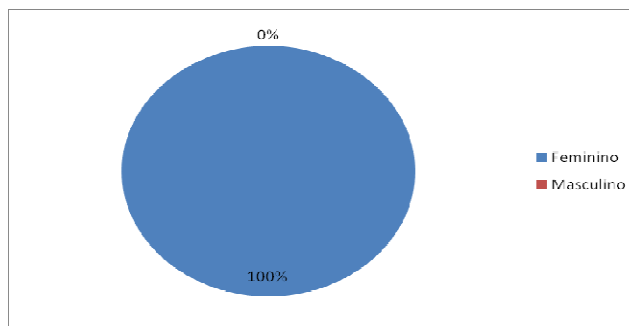


Gráfico 02: Sexo
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012

3- Período de ingresso no Curso

⁴ - Conselho Federal de Serviço Social; Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, respectivamente.

⁵ - A coleta de dados foi feita entre os meses de agosto e setembro de 2011. O estudo em tela é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso em Planejamento, Implementação e Gestão da EAD da Universidade Federal Fluminense.

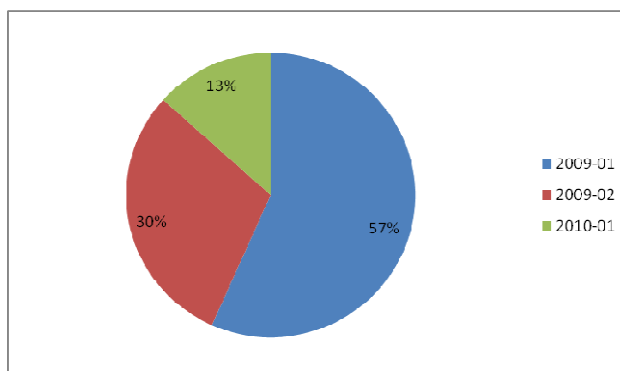


Gráfico 03: Período de ingresso no Curso
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012

4- Estado Civil

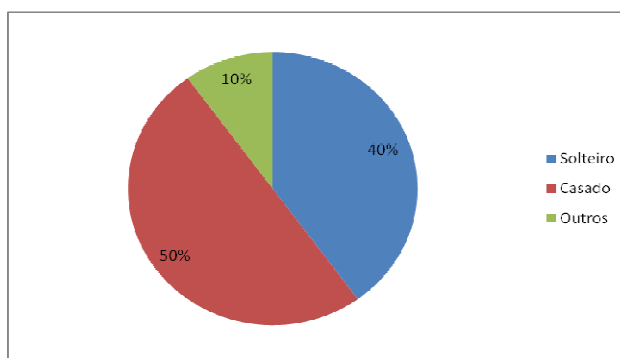


Gráfico 04: Estado Civil
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012

5- Tipo de Moradia

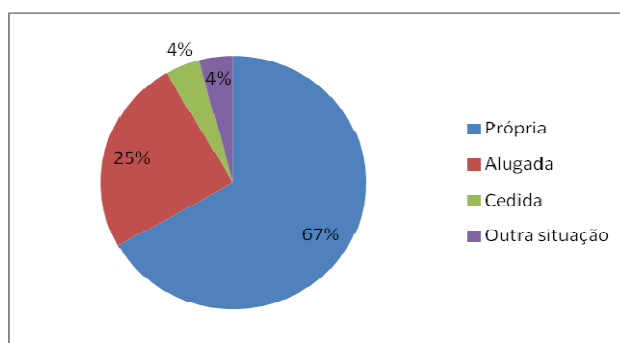


Gráfico 05: Tipo de Moradia
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012

6- Tipo de Transporte utilizado para deslocamento ao Polo

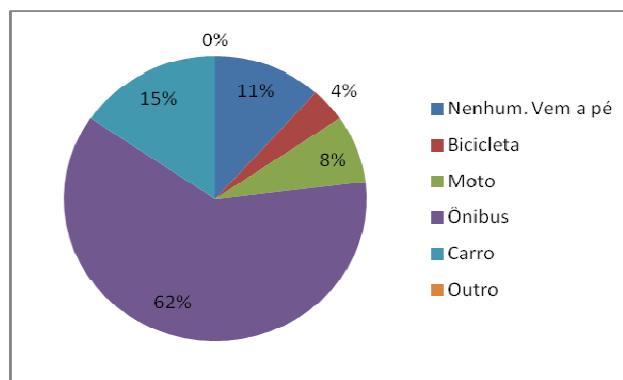


Gráfico 06: Tipo de transporte utilizado para deslocamento ao polo
Fonte: Dados da Pesquisa, 2012

A análise sucinta dos dados quantitativos dispostos acima nos leva a perceber as seguintes situações que são constitutivas do perfil socioeconômico dos graduandos da Instituição em tela: 40% têm entre 31 e 40 anos, denotando um público mais maduro, presente no ensino a distância, que retoma a Universidade com objetivos bem definidos, e se somarmos as faixas etárias superiores (41 a 70 anos), temos um contingente significativo de 80% de alunos acima de 31 anos; 100% dos estudantes são do sexo feminino, remetendo à feminilização histórica da formação em Serviço Social; 50% delas são casadas; 67% dispõem de moradia própria e 62% utilizam transporte coletivo convencional para frequentar as aulas no polo, semanalmente. Todos estes indicadores, associados ao perfil de renda de dois a três salários mínimos sinalizado pelos sujeitos, reflete à alusão a uma classe média incipiente.

3.2 CONTRIBUIÇÕES DOS DISCURSOS DOS GRADUANDOS PARA O TENSIONAMENTO DAS ANÁLISES DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EAD

Segundo Cardoso (2001), o papel do profissional de Serviço Social deve compreender, aprofundar e clarificar as diferenças entre os projetos profissionais na categoria profissional; criar espaços de integração entre os assistentes sociais, os estudantes e a universidade, possibilitando a articulação entre demandas e suas respostas; promover fóruns e espaços de discussão do próprio Código de Ética e das diretrizes curriculares. Desse modo, efetiva-se um projeto que direciona, orienta a prática, informa e forma assistentes sociais.

Para Abramides (2007), o projeto profissional se expressa na formação e no exercício profissional e tem como protagonistas, estudantes, professores,

assistentes sociais e sujeitos sociais de classe que vivem do seu trabalho e sofrem com as mazelas da questão social e com a crise do capital em sua ofensiva internacional, que destrói direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados.

É necessário, para que uma profissão tenha como norte um projeto profissional crítico, construa permanentemente perfis profissionais, dentre eles o do profissional que conhece suas competências e imprima qualidade técnica às suas ações com uma direção crítica clara e consciente, visando à defesa constante dos direitos sociais e humanos, conquista das lutas dos movimentos sociais e trabalhistas progressistas, de modo a superar a histórica vinculação do profissional com o conservadorismo (GUERRA, 2007, p. 9).

O assistente social que tem como meta o projeto ético político e é comprometido com o código de ética, considera o indivíduo como um sujeito detentor de direitos civis, políticos e sociais que devem ser efetivados. Embasado nesses ideais, o profissional se coloca enquanto um agente que defende a cidadania, sendo esta entendida enquanto a efetivação da democracia para todos. Iamamoto diz que o profissional deve ter,

Um perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exigem-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológico na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. (IAMAMOTO, 2006, p. 193).

Assim, uma formação profissional que não tem uma direção baseada no projeto crítico fica limitada a sua diferenciação do exercício profissional com a prática assistencialista, voluntarista e filantrópica. Sem leitura e sem visão crítica da realidade fica difícil efetivar o que preconiza o projeto ético-político. Como afirma Guerra (2007), a

ausência de um projeto profissional crítico que vise romper com o tradicionalismo das práticas profissionais, fica muito limitado às possibilidades de diferenciação entre o exercício profissional e a prática filantrópica, assistencialista, voluntarista (GUERRA, 2007, p. 81).

Para a efetivação de uma formação densa e coerente com a direção profissional da categoria, é necessária a oferta de uma estrutura didático-pedagógica de qualidade, o que de certa forma não é ofertada pela FTC/UNIUBE, conforme evidenciam alguns depoimentos [...] *S4- Bem, esperava ser melhor, que pudesse oferecer uma biblioteca local para pesquisa, um espaço confortável para leitura, computadores disponíveis nas aulas de vídeos para podermos interagir com o professor na dúvida que tivéssemos no momento, material didático oferecido pela*

faculdade, pois facilitava melhor o nosso aproveitamento, banheiros melhores e copos descartáveis disponível para o alunado e que não houvesse tantos problemas nos serviços oferecidos no site pois, por mais paciência que tenhamos é complicado a demora do atendimento ao alunado, e realmente nos atrapalha e as vezes até por um momento nos desmotiva . Eu que sou eternamente grata por essa modalidade, fico chateada, imagina aquelas que não estão seguras do que estão fazendo; [...] S5- Quanto à estrutura física acho acanhada e sem conforto. No que concerne à estrutura acadêmico-pedagógico há de se criticar o período de transição (FTC/UNIUBE), que careceu de organização.

Uma educação que é vista como mercadoria e visa simplesmente o lucro, não pode ser compatível com a direção crítica proposta pelo Projeto ético-político. Então, para Abreu & Lopes (2007) a EaD é um modelo que atende às exigências do mercado, sendo assim, contraria o projeto ético-político do Serviço Social. Os cursos de graduação à distância são de caráter mercantil, e esse tipo de formação é incompatível com a direção social defendida pelo projeto ético-político do Serviço Social. Essa modalidade é um desafio ao projeto profissional, mas tem encontrado resistência de profissionais e entidades comprometidas com a formação.

É está resistência que sustenta o projeto ético-político profissional alternativo na perspectiva da emancipação humana e de que uma outra sociedade, para além do capital, é possível; mas, implica uma luta permanente com as forças do retrocesso (ABREU & LOPES, 2007, p. 15).

O ensino a distância é um fenômeno que é fruto da ideologia neoliberal e ameaça a direção hegemônica da teoria crítica do Serviço Social. Se no exercício profissional, esses profissionais entrarem no mercado de trabalho, sem a capacitação devida e a formação profissional que enfrente a mercantilização do ensino e a ideologia subjacente, os usuários sofrerão o impacto de uma prática dissociada do projeto histórico da profissão, que além da defesa intransigente dos direitos, luta pela emancipação das classes subalternizadas.

Essa visão supracitada, não totalmente problematizada sobre os fins da Educação a Distância, denota também o posicionamento conservador da categoria e do Conselho de Classe, entendendo essa modalidade apenas como mercadoria, fruto da ordem neoliberal, sendo aqui motivo de preocupação para algumas graduandas [...] S3- Ainda hoje temos algumas rejeições pela sociedade no curso EAD, mas espero que esse quadro mude, pois a nossa formação é que esta em

jogo; [...] S5- Afora o preconceito quanto ao ensino EAD, por diversas entidades, acredito que o curso será capaz de formar bons profissionais;

Uma formação profissional de qualidade propõe um compromisso ético-político e uma capacitação teórica metodológica que vise à perspectiva de totalidade. Então, uma formação que se volta apenas ao interesse mercadológico perde essa perspectiva e compromete a formação do profissional. Isso tem sido um grande desafio para os profissionais comprometidos com a direção crítica do Serviço Social.

Quanto à perspectiva da formação profissional por meio da Educação a Distância, alguns alunos ressaltam um discurso que mostra outra direção à proposição acima. [...] S3- *Entendo que as oportunidades do curso semipresencial e presencial são os mesmos no mercado de trabalho, para quem tiver mais conhecimento as possibilidades serão maiores, independente de ser presencial ou não. Embora tenham diversas concepções a respeito dessa modalidade, mas como toda mudança o ser humano não gosta, essa não será diferente. Daqui alguns anos toda essa indiferença será rompida, me sinto muito bem fazendo faculdade a distância e não me incomoda nem um pouco o que falam dessa modalidade. O que realmente interessa é o que estou aprendendo do curso que faço.*

Em paralelo, a compreensão do movimento da realidade social só é vista através de uma formação generalista e crítica, que é feito em um processo de formação profissional contínuo, em que os profissionais se capacitem. A formação continuada é uma necessidade, na medida em que a realidade é movimento, e isso só vai ser concretizado no momento em que o profissional responda, pelo menos, pela razão do papel da teoria e do conhecimento na captação, pelos os assistentes sociais, do movimento da realidade, objetivando a execução, planejamento e avaliação do trabalho profissional (VASCONCELOS, 2007). A concepção de formação continuada revela-se assim para as graduandas [...] S7- *Totalmente, não sei como, mas vou prosseguir. Para mim é de fundamental importância e necessário, não só pela busca de conhecimentos, que não tem fim, como para grandes ideais que preciso conquistar. Os grandes resultados vêm após grandes investimentos; S1- Eu vou investir ainda mais no processo de educação contínua, uma pós-graduação, por exemplo;* Dessa forma, percebemos que grande parte das falas revela a importância da formação permanente para a própria atualização e para o enfrentamento das múltiplas demandas que surgem no exercício profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa, nos escopos teórico e empírico, buscam sinalizar que o processo de formação profissional em Serviço Social, nos últimos anos, tem enriquecido seu arcabouço teórico haja vista a interlocução com os diferentes campos de conhecimento, bem como a contribuição de referenciais analíticos convencionais a essa área do saber. A formação profissional do graduando em Serviço Social tem como marco o seu ingresso no curso e vai sendo construída no decorrer de sua prática profissional enquanto assistente social, sendo solidificada quando o profissional se sente membro efetivo da categoria, refletindo sobre sua prática e sobre o compromisso social e significado sócio-histórico da profissão. Essas prerrogativas estabelecem um perfil do formando, com competências e habilidades a serem adquiridas no processo de formação, coerentes com as novas demandas, ou seja, um profissional investigativo, propositivo e interventivo nas expressões da questão social, capaz de promover o exercício da cidadania e a inclusão dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais. Verificou-se também, por meio do produto da revisão de literatura - considerando as devidas nuances - que a nova perspectiva curricular, seja ela ministrada presencialmente ou a distância, pressupõe superar metodologias tradicionais, desenvolvendo um curso mais crítico para atender às novas questões que são apresentadas à formação profissional e à futura atuação dos assistentes sociais nos diversos espaços ocupacionais.

Entendemos que este momento conjuntural explicita novas demandas para as relações capital/trabalho, exigindo refuncionalizações no conjunto das instituições, das práticas sociais, na concepção de mundo e no modo de agir dos sujeitos sociais, tornando necessário outro modo de organização social da vida, correspondente às transformações no mundo do trabalho e nas relações entre as classes sociais. Cenário este que coloca a necessidade e o desafio da reafirmação e enraizamento do projeto ético-político construído por esta categoria, expresso nas Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social, no Código de Ética (1993) e na Lei de Regulamentação da Profissão (1993).

Analisar e entender esta realidade apreendendo sua dinâmica, sob a mediação do projeto de formação que orienta a profissão, significa fortalecê-la, quer ao nível da sua qualificação teórico-metodológica, quer no plano ético-político, conquistando legitimidade junto aos sujeitos que se utilizam dos serviços que são planejados e/ou executados nos distintos espaços sócio-ocupacionais de exercício profissional, assim como estabelecendo alianças com aqueles que se identificam e/ou portam as demandas e interesses das classes subalternas. Para tanto, todos os recursos e mecanismos institucionais das Faculdades e Universidades que ofertam o curso via educação a distância precisam ser acionados para essa garantia. Nessa Conjuntura há uma luta constante da reafirmação do Projeto Ético-Político profissional, seus valores, seus objetivos e todo um arcabouço teórico. A defesa do PEP⁶ requer uma luta articulada contra um ensino precário, desqualificado – seja ele público ou privado, presencial ou a distância – que comprometa a formação dos profissionais de Serviço Social.

Em função do exposto, o presente estudo não pretende esgotar a análise da graduação à distância em Serviço Social e os inúmeros desafios postos à formação e ao exercício profissional diante desta nova realidade. Considera-se aqui que ainda há muito a ser desvendado, pois a realidade nos proporciona novos desafios a cada dia, sempre nos mostrando novos caminhos a serem percorridos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade** n.79. São Paulo: Cortez, ano XXV, setembro de 2004.

ABESS/CEDEPSS. **O currículo mínimo para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Desafios do Projeto Profissional de Ruptura com o conservadorismo. In: **Serviço Social & Sociedade**. Ano XXVIII, São Paulo: Cortez, 2007.

ABREU, Marina Maciel, LOPES, Josefa Batista. Formação Profissional e Diretrizes Curriculares. In: **Revista Inscrita**, nº10. CFESS, ano VII, 2007.

⁶ - Projeto Ético-Político

ANUÁRIO BRASILEIRO ESTATÍSTICO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA (ABRAEAD). 2006. Disponível em: <<http://www.abraead.com.br/anuario/anuario2006.pdf>>. Acesso em 14 mar. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – ABED. **Nova edição do Anuário revela crescimento da EaD.** Disponível em: <http://www2.abed.org.br/noticia.asp?Noticia_ID=275>. Acesso em: 02 mar. 2010.

BRASIL. **Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Lei 8.662, de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf> Acesso em 20 mai 2012.

BELLONI, Isaura. Avaliação da Universidade: por uma proposta de avaliação consequente e compromissada política e cientificamente. IN: VIEIRA, Sofia Lerche et al. **A Universidade em Questão.** São Paulo: Cortez, 1989, p.55-70.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Desafios à Consolidação do Projeto Ético-Político no Cotidiano da Ação Profissional:** criar pontes e romper barreiras é preciso. Brasília: CFESS, 2001.

DEMO, Pedro. **Complexidade e aprendizagem:** a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Yolanda. O projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporânea da prática profissional. In: **Serviço Social & Sociedade.** Ano XXVIII, São Paulo, Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005

IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1988.

IAMAMOTO, Marilda. As dimensões ético-políticas e teórico- metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: **Serviço Social e Saúde:** Formação e Trabalho Profissional. Ana Elizabete Mota, et. al. (orgs). São Paulo: Cortez, 2006.

GUTIERREZ, Francisco; PRIETO, Daniel. **A mediação pedagógica:** educação à distância alternativa. Campinas, SP: Papirus, 1994.

LEMOS, Cristina. Inovação na era do conhecimento. In: LASTRES, Maria Helena; ALBAGLI, Sarita. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro : Campus, 1999.

MOTA, Ana Elizabete (org.) **A Nova Fábrica de Consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

PRETTO, Nelson De Luca. **Desafios da educação na sociedade do conhecimento**. 52ª Reunião Anual. Brasília, 11 jul. 2000. Disponível em: <<http://www2.ufba.br/~pretto/textos/sbpc2000.htm>>. Acesso em: 10 mar 2010.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Formação profissional e diretrizes curriculares: do arranhão à gangrena. IN: **Revista Universidade e Sociedade**. Ano XI, nº. 25. Brasília: ANDES, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Pobreza e as Formas Históricas de seu Enfrentamento. **Revista de Políticas Públicas**, v.9, n.1, p. 217-227, jan. /jun. 2005.